

O voto

Coincidentemente, a nação brasileira vive hoje, no mesmo momento, dois fatos de grande significado histórico, o 1º Centenário da República e as primeiras eleições presidenciais verdadeiramente livres e efetivamente representativas em toda a história do País. É preciso incursionar um pouco pela história, contemplar com realismo o presente e ter consciência das repercussões futuras deste ato para se ter exata noção da responsabilidade que se encerra no voto que daremos hoje.

Nunca, na história republicana, tantos participaram, como o farão hoje, da eleição presidencial. Em 1960, os eleitores representavam apenas 25 por cento do eleitorado, percentual que se eleva hoje a 56 por cento. Substituímos, portanto — e isto é uma grande vitória — o regime da minoria instaurado em 1894, com a eleição de Prudente de Moraes, quando apenas 1 por cento da população podia votar, pela democracia da maioria. Esta transformação operou-se ao longo de muitos passos, o primeiro dos quais foi a eliminação da posse de bens como requisito do direito de voto, e o último a incorporação de analfabetos e menores de 16 anos no contingente eleitoral. Muitas críticas, algumas até compreensíveis, insurgem-se hoje contra a liberalidade da lei eleitoral, mas reconheçamos que a universalidade do direito de voto conferiu à democracia uma ampla base de sustentação social.

O ato de votar — aqueles que não o fizeram antes poderão senti-lo hoje — confere uma certa sensação de responsabilidade e compromisso. Quanto mais cidadãos se sentirem compromissados com o sistema, com a democracia e com o governo que ela constituiu, mais eficiente ele será porque acatado e defendido. Daqui para a frente será muito mais difícil retrocedermos à história de golpes que permearam toda a vida republicana.

De fato, dos 44 presidentes que o Brasil teve até hoje — a média vexatória de um presidente a cada dois anos e meio —, apenas dezessete foram eleitos. Os outros 23 assumiram em virtude de intervenções militares. Entre os eleitos, a grande maioria proveio de eleições não inteiramente livres ou universais, seja porque só a minoria do povo votava, seja porque o espectro partidário não contemplava a totalidade das correntes de pensamento político existentes no País. Os comunistas, por exemplo, constituídos em partido desde 1932, só em 1945 participaram de uma eleição presidencial, perdendo-a, aliás, fragorosamente. Em todas as demais, o partido achava-se proscrito e as teses comunistas, ou mesmo as que, não o sendo, eram desagradáveis à elite dominante, foram sempre impedidas de manifestarem-se.

Ao realizar a eleição presidencial mais livre e de maior participação popular de sua história, o Brasil consagra-se, também, ainda que apenas formalmente, como a segunda maior democracia do mundo. Apenas os Estados Unidos, entre as nações que elegem seus governantes,

possuem eleitorado maior. Somos 82 milhões de votantes, uma força fantástica que poderá perfeitamente, se assim o quisermos, ser direcionada para o convertimento da democracia formal em democracia real.

A democracia real não pode ter 72 por cento de eleitores semi-alfabetizados nem 64 por cento de eleitores com renda máxima de dois salários mínimos, nem pode realizar eleições, ou qualquer outro ato político de repercussão histórica, sob inflação de 40 por cento ao mês, porque este ato, em si mesmo, consubstancia grave ameaça à sobrevivência da democracia. Um eleitorado com esse perfil, padecendo de uma economia sob tal nível de decomposição, pode, perfeitamente, converter o processo eleitoral em caminho curto e eficiente para o caos.

Esta é a nossa responsabilidade. Cada um dos 57 milhões de eleitores que votarão hoje pela primeira vez para Presidente deve refletir um minuto antes de praticar a decisão irrecorrível. Deve mirar-se no exemplo dos 25 milhões que votaram antes, e votaram mal. Foi o voto dado sob a emoção da retórica da vassoura — voto dado a Jânio Quadros, em 1960 — que desencadeou o processo que trouxe a este profundo mal-estar em que nos encontramos. A emoção não é boa conselheira dos atos irrecorríveis.

A eleição de hoje, reconheçamos, é um passo perigoso, conquanto necessário. Chegamos ao limite da resistência social, efeito não apenas da degeneração da economia, um fato conjuntural, mas de deformações estruturais que assinalaram o nosso processo recente de crescimento, as quais romperam as bases da unidade nacional mediante a separação do País em duas partes não complementares entre si, nem intercomunicantes. Uma exerce sobre a outra o poder econômico, o poder do conhecimento e o poder político.

Todos temos consciência de que isto precisa mudar. Mas a mudança não é a substituição de uma parte pela outra, trocando-se apenas o sujeito da ação. Cumpre mudar a própria natureza da ação. Aqui está, para servir a este processo, uma exigência de moderação. O radicalismo é conflituoso, podendo ser fugaz. O equilíbrio é consistente, gerando fruto duradouro. O Brasil precisa de ações enérgicas, sim, para romper a orgia do *overnight*, que deleita e encanta minorias privilegiadas; para sacudir o marasmo da educação, que perpetua a pobreza; para redirecionar para o consumo a produção, que hoje serve a interesses internacionais; para destruir o câncer da corrupção, que nos desmoraliza e avilta. Mas isto não se fará fora dos nichos de saber e competência. A singela boa intenção é pouco, muito pouco, para desafiar o sistema de poder estabelecido.

Que cada um assuma compromisso com as conseqüências do seu voto. Saibamos todos que o que vier depois será fruto do que livremente e soberanamente fizermos no memorável dia que estamos vivendo hoje.